

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Lindbergh liderou a ideia de colar a blindagem

Governo avalia: colou a pecha da blindagem

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), foi o principal artífice da ideia de tentar colar ao relatório do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) para o PL Antifacção a ideia de que era o projeto de Blindagem 2. E, na sua avaliação, a estratégia deu muito resultado. A reação ao que ficou batizado como “PEC da Blindagem” foi um dos principais pontos de inflexão que tiraram o governo

das cordas e, por um momento, colocaram nelas a oposição. O debate sobre segurança pública parecia poder novamente virar o jogo em favor da oposição. Lindbergh avalia que, porém, os adversários acabaram dando de presente a chance de o governo se manter na onda a partir da ideia de reduzir a autonomia da Polícia Federal nas ações contra o crime organizado.

Aval

A ideia de Derrite era obrigar que as ações da PF nos estados precisassem ter o aval dos governadores. À primeira vista, a ideia parecia ótima: fortaleceria os governadores do campo em um momento em que a estratégia é mostrar o que cada um deles faz para combater o crime.

Desconfiança

Lindbergh tratou de planar a desconfiança. A PF está já na oitava fase da Operação Overclean, que investiga desvios de recursos de emendas orçamentárias. As informações são de que há mais de uma dezena de parlamentares a essa altura sendo investigados.

Wilson Dias/Agência Brasil



Otto Alencar já sinalizava que Senado derrubaria

Limite à Polícia Federal acabaria sendo geral

Ao determinar uma autorização prévia dos governadores, esse aval seria geral, para qualquer operação. Imaginar que um governador daria autorização para uma investigação que no seu estado tivesse como alvos parlamentares e prefeitos (quando não os próprios governadores), que poderiam ser aliados, é pedir

demais do caráter cívico e do desprendimento dos governantes. Ou seja, poderia parecer uma tentativa de ressuscitar o espírito da PEC da Blindagem. Com uma nova perspectiva de desmoralização da Câmara. Depois que os deputados aprovaram a tal PEC, o Senado passou como trator, derrubando-a por unanimidade.

Mesmo destino

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), já dizia que o destino de um projeto que reduzisse poder da PF seria o mesmo. Diante do risco, os próprios governadores de oposição pediram a Hugo Motta o adiamento.

Adiamento

Como já adiantara o Correio Político na terça-feira (11), adiar a votação já era o que pretendia o governo. A posição dos governadores de oposição associou-se ao desejo dos governistas. Com os dois lados na mesma linha, a possibilidade tornou-se remotíssima.

Qual texto?

Bastidores da reunião que Motta teve com os governadores na tarde de quarta-feira (12) dão conta de que havia uma total insegurança sobre qual seria o texto votado. Derrite faria uma quarta versão do PL Antifacção. Mas o que conteria esse novo texto ninguém sabia.

Tempo

Assim, os dois lados pregavam no final do dia a mesma necessidade de tempo para refazer o projeto. Porque não votar poderia fazer colar uma nova pecha a quem parecesse o responsável: não quer ver aprovado um projeto que endurece o combate ao crime organizado.

Câmara adia votação do PL Antifacção para terça

Pedido uniu governo e governadores de oposição

Por Gabriela Gallo

Como adiantara o Correio Político na terça-feira (11), a votação do PL Antifacção acabou tendo sua votação adiada esta semana após as articulações feitas pelo governo. Em meio à falta de acordo em torno do texto, a votação foi adiada para a próxima terça-feira (18). Esta é a quarta versão do PL Antifacções, de autoria do governo federal e relatado pelo deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP).

A reunião de líderes da Câmara dos Deputados desta quinta-feira (13) foi cancelada para os congressistas se prepararem para a pauta única do PL Antifacção na próxima terça. A expectativa é que o texto seja votado em regime de urgência no plenário da Casa. Inicialmente, o projeto estava previsto para ser votado nesta quarta-feira (12).

Construção

O adiamento da votação foi comunicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), durante sessão no plenário da Casa. “Aqueles que apostarem que nós vamos tardar nessa resposta na área da segurança pública estão fazendo uma aposta errada. Nós queremos construir o melhor texto possível, o melhor texto que contemple o que o Brasil precisa. E a partir daí nós vamos fazer essa construção, ouvindo as lideranças da Casa para que essa proposta possa ser o melhor construído”, reiterou Motta. Ele ainda destacou que o



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Relatório de Derrite está na sua quarta versão

processo legislativo é “fruto de uma construção política”.

“Quando se trata desse tema que é a segurança pública, temos que ter um debater mais abrangente”, disse Motta.

“Ninguém é dono dessa pauta, ela não tem um lado ou outro. O que o cidadão espera dessa Casa é que sejamos proativos, é que sejamos capazes de enfrentar essa pauta que a sociedade brasileira não aguenta mais”, declarou o presidente da Câmara.

Governadores

Parte da decisão de discutir melhor a proposta veio após uma reunião entre Hugo Motta e governadores de direita para discutir o tema da segurança pública nacional. Participaram da reunião os governadores do

Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL); de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL); de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil); a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), e o vice-governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB).

Em entrevista coletiva à imprensa nesta quarta-feira, os governadores presentes solicitaram que o PL 5585 fosse discutido na próxima semana, inclusive para que o texto não fosse barrado no Senado. “A melhor política social que você pode ter hoje para o Brasil é um combate muito duro às organizações criminosas. Isso vai fazer com que o país volte a respirar, não viver mais com medo, nem subjugado ao crime”, defendeu Ronaldo Caiado.

Debate sobre segurança trava popularidade de Lula

Bruno Peres/Agência Brasil



Por Rudolfo Lago

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sentiu os efeitos da operação policial feita nos Complexos do Alemão e da Penha ocorrida no final do mês de outubro no Rio de Janeiro. A operação resultou na morte de mais de 120 pessoas identificadas com o crime organizado e quatro policiais, e serviu para que governadores ligados à oposição, incluindo o próprio governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), procurassem colar em Lula uma ideia de inação do governo federal quanto ao combate ao crime. A Quaest indica que tal estratégia obteve os seus efeitos.

Depois de uma escalada de popularidade desde julho, Lula parou de subir. Na verdade, a pesquisa aponta uma oscilação para baixo, dentro da margem de erro, nos índices de aprovação do presidente. Em março, a aprovação de Lula era de 40%. Na rodada de julho, subiu para 43%. Em agosto, 46%. Em outubro, os índices de aprovação e desaprovação empatavam na margem de erro (desaprovação de 49% e aprovação de 48%). Agora, a aprovação caiu para 47% e a desaprovação subiu para 48%.

“Se o tarifaço mudou a trajetória de aprovação a favor de Lula, a pauta da segurança interrompeu a lua de mel tardia do governo com o eleitorado independente”, avaliou o diretor do Instituto Quaest, Felipe Nunes. No caso, Nunes indicava a melhora da popularidade

associada às sanções econômicas impostas ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A aprovação piorou em setores onde Lula vem tendo maior domínio do eleitorado: mulheres, eleitores que ganham acima de dois salários mínimos e católicos. Nos três casos, há agora um empate entre os índices de aprovação e de desaprovação.

Na mesma linha, oscilou negativamente a avaliação do governo como um todo. Essa curva experimentara o mesmo crescimento que a pessoal de Lula. Em março, a aprovação era de 26%. Passou para 28% em julho. Em agosto, 31%. Houve uma oscilação negativa em setembro para 31%. Subida

para 33% em outubro. E queda agora para 31%.

Operação

Reforçando a ideia de que a oscilação negativa da popularidade está relativamente relacionada à questão da segurança, a pesquisa aponta que a maioria da população apoiou a operação no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisa, 67% dos entrevistados aprovaram a ação nos Complexos do Alemão e da Penha. Maior até que a aprovação somente os eleitores do Rio de Janeiro, 64%.

Na mesma linha, a Quaest perguntou se os eleitores avaliavam ter a polícia exagerado na violência. Novamente, 67% disseram que “não”. E 55% disseram que gostariam que uma

operação parecida acontecesse no seu estado. A grande maioria dos entrevistados, porém, avalia que a violência no Rio é maior do que no seu estado. Essa é a percepção de 88%.

“Vítimas”

A fala de Lula poucos dias antes da operação, dizendo que os traficantes seriam “vítimas” dos usuários também foi recebida de forma bastante negativa pelos eleitores, segundo a pesquisa. Um percentual de 81% disse discordar da fala do presidente, em nível nacional. No Rio de Janeiro, o percentual foi maior: 85%.

A pesquisa mostra que mesmo aqueles que se declaram “lulistas” desaprovaram a fala: 66%. E 51% consideraram que não se tratou de um “mal entendido”, mas de “uma opinião sincera” do presidente. E 57% discordam ainda da opinião de Lula de que a operação foi “desastrosa”.

Para 73%, equiparar o crime organizado a terrorismo seria adequado. E 86% concordam que a polícia prende e a justiça solta porque a atual legislação é fraca.

Quando ao consórcio dos governadores de oposição, houve um empate na percepção. Enquanto 47% disseram achar que é “mais uma ação política”, 46% consideram que “pode ajudar a reduzir a violência”.

A Quaest ouviu 2.004 pessoas entre 6 e 9 de novembro em 120 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.